

Os apoios no Congresso, uma salada de tendências.

Só duas coisas unem a ainda pequena bancada do PRN no Congresso Nacional: o apoio à candidatura de Fernando Collor de Mello e a oposição ao governo Sarney. Entre os nove deputados e dois senadores já considerados do PRN, há de tudo — direita e esquerda, parlamentaristas e presidencialistas, ex-Arena e ex-MDB, atuantes e ausentes na Constituinte e no Congresso.

Segundo o deputado Arnaldo Faria de Sá, de São Paulo, nos próximos dias mais 20 parlamentares anunciarão a adesão ao partido de Collor. O objetivo, disse ele, é chegar a 60 parlamentares e assim ter direito a 13 minutos no horário gratuito de rádio e tevê. Com 11 parlamentares federais, o PRN tem direito a cinco minutos, mas com 20 dobra para dez, segundo a lei ainda não sancionada pelo presidente Sarney.

“O único critério para não aceitar uma adesão é a vinculação explícita com o governo Sarney”, explica Faria de Sá, que foi eleito pelo PTB, passou pelo PMB, foi candidato a vice-prefeito de São Paulo na chapa de Paulo Maluf e aderiu ao PJ, que se transformou em PRN. É graças a Faria de Sá que Collor tem direito a ser candidato — pelo menos, de acordo com o projeto de lei aprovado pelo Congresso, que estabelece a necessidade de que o partido com registro provisório tivesse pelo menos um parlamentar em 5 de abril. Faria de Sá era o único parlamentar do PJ, hoje PRN.

O deputado Renan Calheiros, de Alagoas, acha que os critérios para aceitar adesões não se limitam a fazer oposição a Sarney. “Não queremos a direita”, assegura Calheiros, que foi do PSDB e do PMDB e recebeu nota 10 do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) por seu desempenho a favor das reivindicações dos trabalhadores na Constituinte. Mas Calheiros tem como colega de bancada o deputado Flávio Rocha, ex-PL e PFL, que recebeu nota 1 do DIAP. Rocha, do Rio Grande do Norte, votou a favor dos cinco anos de mandato para Sarney e contra a reforma agrária — uma das principais bandeiras de Calheiros.

Rocha, um representante da “nova direita” no Congresso, de acordo com uma publicação do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) elaborada pelos ex-deputados João Gilberto Coelho e Antonio Carlos de Oliveira, votou a favor do presidencialismo na Constituinte, assim como Faria de Sá, João Cunha (SP), José Carlos Martinez (PR), Hélio Costa (MG) e o senador João Castelo. Collor tem declarado que vai lutar pela adoção do parlamentarismo em 1993.

O senador João Castelo foi da Arena e do PDS. Aliado de Sarney, foi indicado para governar o Maranhão de 1979 a 1982. Rompeu com o presidente Sarney, e sua mulher, Gardênia, elegeu-se prefeita de São Luís em 1985. Segundo o livro do Inesc, sua atuação no Congresso visa “fortalecer os grupos conservadores e de direita”. Avaliação diferente tem o senador mineiro Itamar Franco, candidato a vice na chapa de Collor. Para o Diap, é um “parlamentar atuante” e “um dos senadores mais progressistas”. Segundo o Inesc, teve “excelente desempenho” na Constituinte, ressaltando-se seu trabalho como vice-presidente da CPI da Corrupção, que pediu o impeachment de Sarney.

“As adesões têm de ser bem examinadas”, diz Franco, preocupado em que o PRN não seja caracterizado como de direita. “Está difícil administrar essas adesões”, reconhece Collor, que se orienta principalmente com Calheiros, que explica a aceitação do senador Castelo: “No Maranhão, ele é símbolo anti-Sarney”. Faria de Sá justifica a adesão do deputado paraense José Carlos Martinez, ex-PMDB e ex-PDS, que votou com o Centrão na Constituinte e é acusado de ter apoio da UDR: “Ele é amigo do Collor”. O próprio candidato, que rejeita a classificação direita-esquerda e a muito custo se diz de “centro-esquerda”, não acha que possa rejeitar adesões exclusivamente pelo critério ideológico. “Entre os moderados do PMDB, por exemplo, há pessoas com quem podemos conversar”, diz Collor.